



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PAD N.º 19500/2018

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15/2019
SERVIÇO DE IMUNIZAÇÃO CONTRA GRIPE

RELATÓRIO FINAL

1. Instada a realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico – visando à contratação de serviço de imunização contra gripe –, a Pregoeira Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União e no site *Comprasnet*, bem como disponibilizou o Edital no portal da transparência do TRE-BA.
2. Aos 08 (oito) dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às 13h00 (horário de Brasília), a Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.º 18, de 2 de abril de 2018, deu início a realização dos trabalhos relativos ao presente certame.
3. Aberta a sessão, a Pregoeira fez análise preliminar das seis propostas apresentadas e, em seguida, passou para fase de lances.
4. Na fase de aceitação da proposta, consoante consta na ata¹ acostada aos autos (doc. 070658/2019), esta Pregoeira negociou a redução do valor ofertado pela primeira classificada, **CLÍNICA REABILITAR LTDA. (CNPJ 02.215.288/0001-47)**, por meio de envio de contraproposta, mesmo o preço estando abaixo do estimado pela Administração. Após a negociação, foi reduzida a oferta para R\$ 71.520,00 (setenta e um mil quinhentos e vinte reais), com valor unitário da dose de vacinas no importe de R\$ 59,60 (cinquenta e nove reais e sessenta centavos).
5. Em seguida, aceitou a proposta da supramencionada empresa, haja vista que o valor negociado está abaixo do preço estimado para a contratação, bem como atende às especificações do Edital, consoante confirmou a licitante por meio do “chat”.
6. Na fase de Habilitação, foi analisado o SICAF (fl. 3 do doc. 071079/2019), no qual se verifica a regularidade da habilitação jurídica, regularidade com a Fazenda Nacional, regularidade com o FGTS, regularidade fiscal municipal e regularidade trabalhista. Ademais, foram procedidas às seguintes consultas: Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa e Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, no que tange ao

¹ A pregoeira deixou de assinar eletronicamente a ata do pregão, a fim de viabilizar a leitura do documento.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

CNPJ da empresa e ao CPF dos sócios, constantes às fls. 32 a 37 do doc. 071079/2019. Igualmente, esta Pregoeira verificou as declarações constantes no *Comprasnet* (doc. 070682/2019).

7. A licitante encaminhou, a pedido da Pregoeira, às 14h43min, no prazo concedido, por meio de anexo do *Comprasnet*, os seguintes documentos:

- a) Contrato Social, juntado às fls. 13 a 18 do doc. 071079/2019
- b) Alvará de Licença e/ou Funcionamento, acompanhado do comprovante de pagamento e do Alvará Sanitário (fls. 20 a 22 do doc. 071079/2019), tendo sido verificada e confirmada, por esta Pregoeira, a validade da autenticação da licença no seguinte endereço eletrônico: https://e-gov.betha.com.br/cdweb/03114-015/contribuinte/rel_alvaralicensa.faces;
- c) Declaração de que dispõe de pessoal habilitado para vacinação, conforme normas técnicas da Fundação Nacional da Saúde/FUNASA, de acordo com a exigência contida na condição 10.1.7, alínea “a”, do Edital (Verificada a declaração nos itens 3 e 4 da Proposta encaminhada e juntada na fl. 31, do doc. 071079/2019);
- d) Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial (fl. 24 do doc. 071079/2019) da Comarca de Braço do Norte, que abrange o município de São Ludgero, sede da licitante (fl. 25 do doc. 071079/2019), tendo sido verificada e confirmada, pela Pregoeira, a autenticidade da aludida certidão.

8. A Pregoeira fez, ainda, consulta para verificação da situação do CNPJ da empresa na Receita Federal, estando regular consoante consta às fls. 23 do doc. 071079/2019.

9. Quanto às ocorrências do SICAF, tem-se:

- 9.1. A empresa ganhadora não tem ocorrência impeditiva direta de licitar, conforme consta no relatório juntado à fl.5 do doc. 071079/2019;
- 9.2. Há uma penalidade de multa (fl. 4 do doc. 071079/2019), que não afasta a participação e habilitação da licitante, uma vez que não se trata de suspensão com TRE, declaração de inidoneidade e nem impedimento de licitar e contratar com a União;
- 9.3. Há uma ocorrência impeditiva indireta, consoante consta à fl. 6 do doc. 071079/2019, referente ao impedimento de licitar com a União aplicada à empresa San Pietro Vacinas Ltda. (CNPJ 18.887.366/0001-90), que possui sócios em comum com a empresa vencedora deste certame. Observa-se, contudo, que a penalidade foi



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

aplicada à San Pietro em 26/03/2019, sendo que a pessoa jurídica vencedora deste certame, Clínica Reabilitar, foi aberta em 27/10/1997, ou seja, 22 anos antes da penalidade (conforme constam às fls. 7 e 23 do doc. 071079/2019). Com efeito, não foi criada para fugir da penalidade, tendo sua existência bastante anterior à penalidade aplicada. Verifica-se, ademais, que a empresa penalizada, San Pietro, foi aberta em 16/09/2013 (fl. 10 do doc. 071079/2019), dezesseis anos após a empresa vencedora desse certame. Portanto, não há como afastar a personalidade jurídica da empresa vencedora, mormente, porque não foi criada para fugir da penalidade de impedimento, tendo sua existência anterior à aplicação da penalidade e à criação da empresa sancionada (San Pietro).

10. Assim, constatada a regularidade dos documentos de habilitação, atendidas as exigências editalícias, foi declarada vencedora a **CLÍNICA REABILITAR LTDA. (CNPJ 02.215.288/0001-47)**, conforme documento n.º 071113/2019 (Resultado por Fornecedor).

11. Não havendo registro de intenção de recurso, a Pregoeira encerrou a sessão. Por fim, adjudicou-se o objeto licitado, na forma do Termo de Adjudicação (doc. 071116/2019).

É o Relatório que submete à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à ASSESD.

Salvador, em 9 de abril de 2019

Milena Austregésilo Herêda
Pregoeira